



A PANDEMIA COMO CRISE CAPITALISTA: DIÁLOGOS E QUESTIONAMENTOS A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA FEMINISTA

LA PANDEMIA COMO CRISIS CAPITALISTA: DIÁLOGOS Y PREGUNTAS DESDE LA ECONOMÍA SOLIDARIA FEMINISTA

THE PANDEMIC AS A CAPITALIST CRISIS: DIALOGUES AND QUESTIONS FROM THE FEMINIST SOLIDARITY ECONOMY

Victória Mello FERNANDES¹
Isabella Almeida dos SANTOS²

RESUMO

A presente pesquisa qualitativa tem um alcance exploratório, com o objetivo de pensar a crise humanitária e sanitária causada pela pandemia da Covid-19 como uma expressão das relações da colonialidade capitalista moderna. O sistema de acumulação capitalista se baseia em relações de produção que necessitam da exploração de alguns sujeitos para sua subsistência. Nesse sentido, busca-se articular as análises, aos apontamentos que "economia solidária feminista" indica, ou seja, a necessidade de pensar formas alternativas de produção não predatórias, que valorizem os sujeitos das relações trabalhistas, assim como evidenciem a exclusão das mulheres do campo econômico. Parte-se do entendimento do sistema colonial-moderno como

¹ Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS). Brasil. Email: mellofvictoria@gmail.com

² Mestranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Licenciada em Pedagogia (UFRGS). Brasil. E-mail: isabellastef@gmail.com

um padrão de poder de subalternização e dominação de alguns sujeitos, marcados historicamente por classificações como raça e gênero, que durante a pandemia foram as pessoas mais atingidas no Brasil. Traz-se ao corpus do trabalho dados de agências estatais e institutos de pesquisa, assim como notícias veiculadas em jornais nacionais para análise, as quais apontam um efeito das políticas públicas e vulnerabilidade econômica e social de mulheres negras durante o ano de 2020. Identifica-se que os efeitos da pandemia não são apenas consequências de políticas atuais, como a má assistência social, o baixo valor de auxílio emergencial e o possível superfaturamento de vacinas, mas também são resultados de uma sequência de decisões estatais como a precarização do trabalho.

Palavras-chave: economia solidária; economia feminista; divisão racial/sexual do trabalho; colonialidade de poder; pandemia

RESUMEN:

Esta investigación cualitativa tiene un alcance exploratorio, con el objetivo de pensar en la crisis humanitaria y de salud provocada por la pandemia Covid-19 como expresión de las relaciones de la colonialidad capitalista moderna. El sistema de acumulación capitalista se basa en relaciones de producción que necesitan la explotación de algunos sujetos para su subsistencia. En este sentido, buscamos articular los análisis, con las indicaciones de la "economía solidaria feminista", la necesidad de pensar en formas alternativas de producción no predatoria, que valoren a los sujetos de las relaciones laborales, así como resaltar la exclusión de la mujer del ámbito económico. Se parte de la comprensión del sistema colonial-moderno como un patrón de subalternización de poder y dominación de algunos sujetos, históricamente marcados por clasificaciones como la raza y el género, quienes durante la pandemia fueron las personas más afectadas en Brasil. Se traen al corpus de trabajo

datos de agencias estatales e institutos de investigación, así como noticias publicadas en periódicos nacionales para su análisis, que apuntan a un efecto de las políticas públicas y la vulnerabilidad económica y social de las mujeres negras durante el año 2020. Se observa que los efectos de la pandemia no son solo consecuencia de las políticas actuales, como la escasa asistencia social, el escaso valor de las ayudas de emergencia y el posible sobreprecio de las vacunas, sino que el resultado de una secuencia de decisiones estatales como la precariedad del trabajo.

Palabras clave: economía solidaria; economía feminista; división racial / sexual del trabajo; colonialidad del poder; pandemia

ABSTRACT

This qualitative research has an exploratory scope, with the objective of analyze the humanitarian and health crisis caused by the Covid-19 pandemic as an expression of the relations of modern capitalist coloniality. The capitalist accumulation system is based on production relations that need the exploitation of some subjects for their subsistence. In this sense, we seek to articulate the analyses, with the notes that "feminist solidarity economy" indicates, that is, the need to think of alternative forms of non-predatory production, which value the subjects of labor relations, as well as highlight the exclusion of women from the economic field. It starts from the understanding of the colonial-modern system as a pattern of subalternization power and domination of some subjects, historically marked by classifications such as race and gender, who during the pandemic were the most affected people in Brazil. Data from state agencies and research institutes are brought to the corpus of work, as well as news published in national newspapers for analysis, which point to an effect of public policies and economic and social vulnerability of black women during the year 2020. It

is noted that the effects of the pandemic are not only consequences of current policies, such as poor social assistance, the low value of emergency aid and the possible overpricing of vaccines, but are also the result of a sequence of state decisions such as the precariousness of work.

Keywords: solidarity economy; feminist economics; racial/sexual division of labor; coloniality of power; pandemic

1. Introdução e Referencial Teórico

A pandemia da Covid-19, até o dia em que este artigo foi escrito, aproximou-se do marco de 600 mil vítimas no Brasil³ e de 1.500.000 mortes⁴ na América Latina e Caribe. Esta crise afetou e afeta todos os países do globo, entretanto, deixou evidente as diferenças e desigualdades entre os padrões de poder e de dominação da modernidade-colonialidade nas sociedades “periféricas”. Os sujeitos mais afetados pela pandemia na América Latina e no Brasil são aqueles subalternizados historicamente desde o processo de colonização: negros, indígenas e mulheres. Percebe-se que as pessoas afetadas pelo sistema capitalista neoliberal, anteriormente à eclosão do Sars-Cov-2, continuam sendo os mais afetados pela ausência ou pela fraqueza de alcance das políticas públicas do Estado brasileiro.

As razões para essas contínuas desigualdades podem ser descritas por uma necessidade do sistema capitalista de exploração e produção – não só material - manter-se em funcionamento. Parte-se da perspectiva de que o capitalismo, tendo seus agentes exploratórios, bem como as formulações filosóficas que dão sustentação à racionalidade moderna, na Europa, inicia sua constituição antes das revoluções industriais, mas no processo de colonização, exploração, escravização e de criação do “outro”.

A colonialidade de poder é constitutiva do sistema capitalista neoliberal, ou seja, necessária para sua existência. Pode-se definir como a imposição de classificações e

³Dados do Consórcio de veículos de Imprensa. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/06/brasil-chega-a-599-mil-mortos-por-covid-com-media-movel-de-vitimas-em-estabilidade-ha-12-dias.ghtml>>.

⁴Dados da Reuters Covid-19 Tracker. Disponível em: <<https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/regions/latin-america-and-the-caribbean/>>.

de dominações através da raça das populações mundiais, atravessando as subjetividades, as existências, as inter-relações, as formas de produção da vida⁵ constituindo relações de dependência colonial entre o norte e o sul do globo.

A colonialidade adentra as múltiplas esferas da existência, expressas na colonialidade do ser⁶ classificando os sujeitos do sul como o “outro”, alocando-o em uma posição de subalternização quase que essencialista em relação ao sujeito de referência – eurocentrado, assim formando e justificando muitas das relações de dominação e de poder desiguais entre os sujeitos.

Nesse sentido, a centralidade da economia capitalista ao desenrolar das relações individualizadas constrói formas de conceber e interagir não só com os humanos, mas com a natureza, com os animais, ou seja, com a vida em suas múltiplas esferas. Lugones⁷ expõe a intrínseca ligação entre a colonialidade sobre o gênero, atravessando “questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo”. O distanciamento dos processos produtivos da vida, a partir de uma colonização das experiências do ser, principalmente na relação de nascença entre o gênero, raça, colonialismo e colonialidade, demonstra que a situação crítica da pandemia da Covid-19 não é apenas um acaso com fatores puramente biológicos.

Ao alterar o ambiente de forma predatória, do qual é parte constituinte, o ser humano retira animais de seus locais nativos, alterando também a cadeia alimentar de outros animais que ali vivem. Nesse sentido, o desequilíbrio gerado pelos processos de apropriação e expropriação humana sobre o ambiente, como na pesca de arrasto, na produção industrial que gera resíduos não recicláveis, gases de efeito estufa, etc., são processos técnicos, muitas vezes justificados pelo discurso - culturalmente construído e afirmado, de superioridade humana em relação a outros seres e a natureza “física”, bem como pelos paradigmas que sustentam essa separação demarcada entre

⁵ QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, Eurocentrismo y América Latina*. En: *Colonialidad del Saber y Eurocentrismo*, Edgardo Lander, ed. UNESCO-CLACSO 2000. Buenos Aires, Argentina.

⁶ MALDONADO-TORRES, Nelson. *Transdisciplinaridade e decolonialidade*. *Sociedade e Estado* [online]. 2016, v. 31, n. 1.

⁷ LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2014, v. 22, n. 3.

natureza, sociedade, cultura, ou seja a exterioridade da natureza em relação ao humano.

Uma das consequências dessas ações humanas é a criação de um ambiente propício para surgimento de novas doenças, que antes não tinham contato com os seres humanos e, que, pelo contato com animais retirados de seus habitats começam circular no meio urbano. Pode-se pensar no caso da pandemia da Covid-19, a qual ainda não teve sua “origem” descoberta, mas que muitas hipóteses apontam como causas essa interação forçada e crescente, a partir de mercados legais e ilegais que encontram seus lugares dentro do sistema capitalista.

Nesse cenário, emergem discussões sobre a crise ambiental, principalmente ligadas às formas de consumo e de produção de bens que são feitas de maneira desenfreada, devido à forma de produção de acúmulo capitalista. Para buscar soluções são determinados, por exemplo, acordos que limitam a emissão de gases e que buscam diminuir o desmatamento de grandes florestas.

Algumas das questões mais latentes sobre a sustentabilidade estão ligadas à produção de produtos que demoram para se decompor ou que não são destinados à reciclagem, como deveriam, podendo citar a produção de plástico que afeta a biodiversidade em múltiplas formas. Essa forma de produção afeta os sujeitos através do subemprego, emprego informal, empregos mal remunerados, pela exploração de diferentes sujeitos vulnerabilizados, principalmente em países subdesenvolvidos.

Dito isso, o capitalismo é um sistema de produção que explora todos os recursos da terra, da natureza e do trabalho humano. Apropria-se dos lucros de forma privada, enquanto socializa as mazelas resultantes do seu processo produtivo. O sistema de produção capitalista não pode parar de crescer, visto que precisa de lucro constante, produzindo e gerando excedente. Se o capitalismo não gera excedente, não tem margem de lucro. Diferentemente de outros modos de produção, este não foi pensado para que todo mundo consuma, isso porque milhões de pessoas estão na margem da pobreza. "A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de 'perdedores'⁸.

A economia solidária é pensada como um modo de produção alternativo a esse sistema de exploração, que usa a força de trabalho para gerar capital para grandes

⁸ SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In KRUPPA, Sonia Maria Portella (Org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP, 2005, p. 13-20.

empresas e maximizar o lucro de seus empregadores. De acordo com Singer⁹ a economia solidária foi concebida para que a divisão da sociedade entre proprietários e subalternos seja impossível de se estruturar, partindo da concepção da propriedade coletiva dos meios sociais de produção. Neste sistema, "todos que nela trabalham são seus donos por igual¹⁰". Ao contrário das relações impostas pelo empregador-empregado no capitalismo, na economia solidária, por outro lado, os trabalhadores têm os mesmos direitos, priorizando os ganhos coletivos ao lucro individualizado.

Considerando as relações que se estabelecem no sistema do capital, o que as práticas econômicas solidárias propõem é a solidariedade no campo econômico, saindo de uma organização social que se estrutura na competitividade para a cooperatividade. Bem como destaca o autor, busca-se um processo sustentável de crescimento econômico, criando novas forças produtivas e novas relações de produção. A economia solidária, como nova prática social, corrobora para que a classe trabalhadora perceba que a desigualdade social e econômica, estruturada no capitalismo, não é natural.

A partir disso, contrariando a hegemonia do mercado capitalista, da maximização das produções, da especulação, para além do que se consome e da concentração de renda, é possível compreender outras possibilidades de produzir, gerar e partilhar a renda de maneira que prevaleça o equilíbrio da economia local. Conforme evidencia Arruda¹¹, a economia solidária proporciona o consumo ético, crítico, solidário e a consciência ecológica; promove o trabalho humano, portanto, não existe dentro dessa dinâmica a exploração, mas, a garantia de que todos os bens produzidos são de domínio coletivo. Principalmente, "O mercado solidário visa promover trocas que são encontros de pessoas e não apenas intercâmbios de produtos e de moeda¹²".

A economia feminista, por outro lado, surge como uma alternativa para questionar a condição social, econômica, educativa e cultural que as mulheres se encontram na sociedade de classes. Esta consolida-se como campo de conhecimento a partir de 1990, pautada no pensamento feminista que traz à tona o debate sobre a divisão

⁹ *Ibidem*, p. 13-20.

¹⁰ *Ibidem*, p. 14.

¹¹ ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In KRUPPA, Sonia Maria Portella (Org.). *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP, 2005, p. 31-40.

¹² *Ibidem*

sexual do trabalho e a exclusão das mulheres do campo econômico. Entretanto, apesar da economia solidária representar uma possibilidade que vai na contramão do capital hegemônico, Hillenkamp, Guérin e Verschuur¹³ apontam que as categorias de análise feminista são raramente interligadas com aquelas da economia solidária, as análises da relação produção e reprodução, não são relacionadas com os princípios de reciprocidade, redistribuição, autosuficiência de mercado da economia solidária.

Historicamente as mulheres enfrentam um apagamento social, político e econômico de seus saberes e experiências. "A ciência econômica é uma construção social que omitiu tradicionalmente a realidade específica das mulheres¹⁴". A economia feminista lança luz sobre a necessidade de se refletir sobre a participação das mulheres na economia e as questões relacionadas aos processos de desenvolvimento da autonomia, contribuindo para o seu empoderamento e bem-estar.

Os pensamentos feministas, desde suas primeiras vertentes atentaram a uma divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres eram relegadas às funções ligadas à maternidade, ao âmbito privado do cuidado e à família. Mesmo que fossem formas indispensáveis de trabalho, não eram vistas como tal, portanto, o movimento feminista organizou-se politicamente para conquistarem muitos dos direitos que segue, até hoje, em disputa.

Ainda que uma pauta extremamente importante, é centralizada em um feminismo branco e europeu, localizando a crítica em formas de sociabilidade específicas, que muitas vezes desconsidera as experiências de mulheres negras escravizadas, indígenas e de países periféricos. Nesse sentido, muitos dos debates aconteceram em torno da reivindicação do reconhecimento de outros sujeitos, com outras necessidades e realidades sociais, que muitas vezes tem suas opressões reforçadas por mulheres brancas das elites.

O feminismo interseccional contribui para uma crítica e uma proposição para na divisão social do trabalho, demonstrando que a opressão às mulheres se e aprimora-se liga com os marcadores de raça e classe, o que pode ser percebido quando analisamos os dados das pessoas mais afetadas pela pandemia.

¹³ Hillenkamp, Isabella; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUURM Christine. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico, nº 7, p. 5-43 (p.2).

¹⁴ COELHO, Lina. Economia feminista. *Dicionário internacional da outra economia*, p. 128-133, 2009 (p.128).

Partindo do contexto latino americano e da perspectiva da descolonização, o feminismo decolonial permite reivindicar a existência das mulheres do chamado terceiro mundo como sujeitos de suas práticas. A mulher dos países periféricos ao norte [ontológico e epistemológico] é normalmente representada como o “outro”, sem possibilidade de agência, borrando as resistências, as lutas e as teorizações existentes¹⁵. Tais ações são mobilizadas pelos padrões colonialistas de concepção daqueles que não fazem parte da norma universalizante.

A partir da colonialidade de poder, é possível reconhecer que as formas de produção capitalistas estão imbricadas, desde sua constituição, na subalternização das populações do chamado sul do globo. Assim, a colonialidade se estrutura por relações de poder desiguais, necessitando da dominação pela raça, gênero e classe.

2. Método

A presente pesquisa tem uma metodologia qualitativa, com um alcance exploratório sobre um tema que afeta a vida de todas e todos cidadãos, que é o impacto da Covid-19 sobre os sujeitos mais fragilizados pela modernidade-colonialidade. Parte-se da perspectiva decolonial para pensar os impactos da sociedade moderna nos sujeitos, bem como do capitalismo neoliberal nas subjetividades e nas condições materiais de vida.

A pesquisa qualitativa tem extrema importância para pensar os fenômenos sociais que não podem ser apenas analisados em sua esfera quantitativa. “É uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível¹⁶”.

Ao pensar nos impactos da pandemia, os dados quantitativos têm extrema relevância para se entender quantos e quais os sujeitos mais afetados pelo empobrecimento, perda de emprego, fome, ou seja, falta de acesso aos direitos cidadãos e humanos. Mas, para entender as razões pelas quais acontecem tais fenômenos é preciso recorrer a uma abordagem qualitativa, pensando o “por quê”, “como”, isto é, uma

¹⁵ CURIEL, Ochy Pichardo. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. in Martínez Alonso, G. and Martínez Toledo, Y. (ed.) **Emancipaciones feministas del siglo XXI**, Ruth Casa Editorial: Panama: 189-200.

¹⁶ FLICK, Uwe. *Desenho Da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre Artmed, 2009, p. 16.

interpretação e contextualização das experiências, e talvez indicações de soluções possíveis, segundo às demandas e às realidades plurais dos sujeitos.

Toma-se como objeto de análise dados secundários sobre a pandemia no Brasil e o impacto nos cidadãos brasileiros, do Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19 de O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap); e o dossiê Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além dos documentos citados, optou-se por trabalhar com notícias, matérias de jornais e informativos virtuais como a Gaúcha ZH; Terra; Brasil de Fato; Jornal da Universidade de São Paulo (USP); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para rastrear algumas das formas como os sujeitos estão sendo afetados e quais estratégias são mobilizadas para a sobrevivência neste período pandêmico.

Por meio da análise das notícias e do referencial teórico mobilizado, percebeu-se quem são as pessoas mais afetadas pela crise capitalista da pandemia. Notou-se também, que as estratégias e recursos para conseguir viver perpassam o Estado, muitas vezes superando-o, uma vez que o Governo Federal do Brasil se mostrou omissivo - sendo denunciado no Tribunal de Haia também por suas biopolíticas¹⁷ e necropolíticas¹⁸ em relação à população indígena durante a pandemia.

Como será trabalhado nos resultados e discussões, muitas das mobilizações sociais estão relacionadas a uma economia paralela à capitalista, a partir de uma solidariedade voluntarista e às vezes organizada, na tentativa de articular redes de apoio aos sujeitos que mais perderam renda, poder de compra e qualidade de vida. Nesse sentido, articulam-se essas experiências com os questionamentos trazidos pela “Economia Solidária Feminista”, uma proposta de interseccionalidade entre uma produção econômica outra, o gênero, a raça e a classe, tendo em vista mulheres negras pobres são as mais atingidas pela exclusão do sistema moderno-colonial capitalista e pelas causas e consequências sociais da pandemia.

¹⁷FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, São Paulo, 2015.

¹⁸ MBEMBE, Aquille. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições.

3. Resultados e Discussão

As notícias sobre os efeitos sociais da Covid-19, indicam que as mulheres são o grupo social mais afetado pela pandemia, sobretudo, no que diz respeito ao impacto econômico. Conforme indica a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a pandemia desencadeou tensões no cenário econômico, social e político com o aumento desenfreado dos níveis de pobreza. Além disso, denunciou as desigualdades estruturais da sociedade, com os altos níveis de informalidade no mundo do trabalho, desemprego e desassistência social por parte do Estado com as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade; bem como, a injusta divisão sexual do trabalho e a organização do cuidado, que comprometem o pleno exercício dos direitos e autonomia das mulheres¹⁹.

Além da situação pandêmica afetar as formas de trabalho das mulheres, piorou uma situação já existente, uma vez que “as mulheres são majoritariamente o grupo social que está em empregos mais precários e informais, ou aquelas que sobrevivem com até um salário mínimo, de aposentadoria, de trabalhos domésticos ou prestadoras de serviço²⁰”.

O impacto nos vínculos trabalhistas enfraquecidos, em especial, desde a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467) vem piorando as situações dos trabalhadores, principalmente em ocupações “flexíveis” e terceirizadas, que passam a ser mais distantes dos direitos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e mais privatizados pela “combinação” entre patrão e empregado. No trabalho terceirizado, 78% das mulheres negras da região metropolitana de Porto Alegre trabalhavam no setor de serviços, em São Paulo o número é de 73,7 %²¹.

¹⁹ Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), *Panorama Social de América Latina*, 2020 (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), Santiago, 2021.

²⁰Dados retirados do Jornal Brasil de Fato. Disponível em:
<<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/menos-renda-mais-violencia-mulheres-estao-entre-os-mais-afetados-pela-pandemia>>

²¹ COUTINHO, Renata. Terceirização tem ‘cara’: é preta e feminina. Carta Capital. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/terceirizacao-tem-cara-e-preta-e-feminina/>. 2020.

O desemprego se aprofundou durante este período, segundo o Informativo das Desigualdades Raciais e Covid 19²² (2020), a taxa de desocupação de pessoas negras em 2020 aumentou de 11,45% para 16,63%, enquanto dos brancos o número é menor - 9,17% para 11,58%. Além disso, "constatou-se que 10,6 milhões de brasileiros vivendo em família estão sem nenhuma renda, dependendo apenas do auxílio emergencial. Estes são 5% da população brasileira e, dentre eles, 67% são negros²³", dados do mesmo informativo, que ressaltam a dependência da população do auxílio emergencial, que iniciou sendo R\$ 600 reais e atualmente esta em R\$150. Dados apresentados no Terra Notícias²⁴ indicam que as mulheres foram as que mais perderam seus postos de trabalho e, conseqüentemente, tiveram sua renda drasticamente reduzida em comparação aos homens. Apesar de serem maioria no mercado de trabalho, em decorrência das configurações da sociedade capitalista, amargam um nível de desemprego muito maior.

As conseqüências da pandemia atingiram de maneira mais profunda as mulheres, em virtude da ausência de uma rede de apoio, especialmente as mães solo e chefes de família, que contavam com elas para poder trabalhar fora de casa, ficaram sem opções com o fechamento das escolas e o isolamento social. Por conta disso, muitas das mulheres foram empurradas para trabalhos precários, intermitentes. De acordo com entrevistas concedidas ao referido canal de notícias, sem essa rede de apoio, as mulheres não conseguem se candidatar a jornadas de trabalho de 8 horas. "É uma fragilização não só da vida dessas mulheres, mas de um contingente enorme de pessoas ligadas a elas²⁵."

Os relatos apresentados até então, dialogam com o campo de conhecimento da economia feminista, escancarando a realidade de que mesmo as mulheres ocupando

²²CEBRAP. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. 2021. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Informativo-7-Desigualdades-raciais-e-de-ge%CC%82nero-no-mercado-de-trabalho-em-meio-a%CC%80-pandemia.pdf>

²³ PRATES, Ian; LIMA, Márcia; COSTA, Gisele; BERTOLOZZI, Thayla. *Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia*. Informativo Desigualdades raciais e Covid-19 | fevereiro. 2021, p. 2.

²⁴Dados retirados da reportagem do Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/mulheres-estao-no-centro-da-crise-humanitaria-da-pandemia,cd032c82b6ecc7f355ac9ab71935ca0c0t7ijszh.html>

²⁵Dados retirados da reportagem do Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/mulheres-estao-no-centro-da-crise-humanitaria-da-pandemia,cd032c82b6ecc7f355ac9ab71935ca0c0t7ijszh.html>

espaços formais de trabalho, não altera a responsabilidade imposta pelo trabalho doméstico. Faria salienta que há uma tendência em repassar às mulheres os custos de qualquer crise, sob a justificção de uma construção ideológica apoiada na divisão sexual do trabalho e das responsabilidades atreladas ao gênero feminino.

Na verdade esse discurso da boa mãe é uma construção ideológica para que as mulheres continuem fazendo o trabalho doméstico. Essa ideologia explica a consideração das mulheres como um recurso inesgotável para suprir as necessidades do cuidado e por uma característica "natural" das mulheres: a conciliação de várias atividades de trabalho em oposição aos homens que necessitam de lazer e descanso para refazer suas forças. Por isso, a tendência é repassar para as mulheres os custos de qualquer crise. Se há desemprego na família significa mais trabalho para as mulheres, mais bens e serviços terão que ser produzidos na casa. Da mesma forma, quando o Estado quer reduzir gastos nas políticas sociais é sobre as mulheres que recai mais trabalho de cuidados²⁶.

Nesse sentido, como explicitado acima, além do trabalho fora de casa, as mulheres precisam chefiar suas famílias, sustentar e cuidar dos filhos e, quando há desemprego na família, representa um aumento do trabalho para as mulheres.

“O que torna a sobrecarga da mulher mais “intensa” durante a quarentena. Além de pensar na garantia de ter o que comer, ainda enfrentam a batalha de fazer a casa funcionar. Isso é uma tensão, um estresse²⁷.”

Em uma reportagem veiculada na Gaúcha ZH²⁸, é trazida a história de Lucélia e sua família, que antes da pandemia faziam “bicos” e perderam seus empregos, passando a depender de doação para alimentarem-se e manterem-se. Não só sua família, mas outras também dependem de doações de marmitas para fazerem as refeições, pois não há dinheiro suficiente para sustentar nem as necessidades básicas.

As reportagens trazem relatos de vidas afetadas historicamente pela desigualdade social, o que é traduzido, também, pelo retorno no Brasil ao mapa da fome, aumentando a insegurança alimentar de milhões de brasileiros, contrariando a lei nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

²⁶ FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p.6.

²⁷ Dados retirados do Jornal Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/menos-renda-mais-violencia-mulheres-estao-entre-os-mais-afetados-pela-pandemia>>

²⁸ Dados retirados da reportagem do Jornal Gaúcha ZH. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2020/05/projetos-atuam-no-combate-a-fome-durante-criese-do-coronavirus-veja-como-ajudar-ck9omv24t00hu015nekicoh48.html>>

quanto os princípios de Justiça Alimentar, “uma transformação do sistema alimentar para eliminar disparidades e desigualdades²⁹”.

As práticas de governo produzem sujeitos, determinam lugares específicos que cada um ocupará na sociedade e, sobretudo, as relações sociais que sustentam formas específicas de governar as vidas. Isso fica evidente quando nos debruçamos sobre as notícias deste período de pandemia, e analisamos quem são os sujeitos mais afetados e desassistidos pelo Estado.

Vê-se que essas formas de sujeição, relega a uma responsabilidade individual por suas vidas, retirando da esfera pública as ações que deveriam apoiar os sujeitos, mesmo em uma situação de crise sanitária. Além disso, os múltiplos atores estatais não só ajudam a conformar papéis sociais, marginalizações, exclusões, mas também gerenciam as vidas que estão mais expostas à morte.

É nesse sentido que Mbembe³⁰, pode colaborar para uma análise das práticas de estado no Brasil. Há de se marcar que a necropolítica não está desassociada da formação ontoepistêmica moderna, ou seja, fundamenta as práticas de existência do estado. Desse modo, durante os anos de crise sanitária e econômica se torna mais evidente as sujeitas e os sujeitos que são expostos, sejam pela falta de auxílio - alimentação, moradia, renda -, seja por ignorar múltiplas demandas, seja por políticas que se colocam contrárias à saúde pública e a favor do capital.

Nessas situações, percebe-se que ao invés do Estado pensar em políticas públicas, os projetos voluntários - como o caso dos estudantes da USP³¹ organizam-se para dar conta de levar alimentos para as famílias e pessoas que estão em vulnerabilidade social. O estado não só viola a Constituição Federal, como os Direitos Humanos, em meio a uma crise mundial, como se mostra menos comprometido com os cidadãos, do que com um intento de crescimento econômico e interesses particulares - como no caso de compra de vacinas superfaturadas, diminuição do auxílio emergencial.

Essa contradição é salientada neste período, pois as instituições estatais que deveriam manter um vínculo de sustentação e apoio a população, andam em direção

²⁹ GOTTLIEB, ROBERT & JOSHI, A. **Food Justice**. 2010, p.9.

³⁰ MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo, sp: n-1 edições.

³¹Dados retirados da reportagem do Jornal USP. Disponível em:
<<https://jornal.usp.br/universidade/estudantes-da-usp-atuam-nas-periferias-e-buscam-doacoes-para-combate-a-fome/>>

contrária, estabelecendo um distanciamento de seu papel e relegando as políticas públicas ao voluntarismo individual e confundindo exercer suas funções de assistência social a população com práticas assistencialistas.

Ao analisarmos os índices da população brasileira que se encontra na informalidade, com subempregos, sem carteira assinada, vivendo com menos de um salário mínimo, sem acesso aos processos formais de ensino, a população negra e as mulheres são as mais afetadas. A desigualdade social agravada pela pandemia ilustra que isso é reflexo de uma biopolítica, que racionaliza os problemas da população e faz disso uma prática governamental.

As políticas neoliberais proclamam uma assimetria de classe e encontram no racismo uma técnica de poder e controle. Dentro da lógica do biopoder, o racismo passa a ser condição necessária para respaldar as desigualdades e vulnerabilidades às quais determinados sujeitos são submetidos. O biopoder exerce cada vez mais o direito de intervir sobre a vida para fazer viver. Dessa forma, o objetivo da biopolítica passa a ser investir na vida, criando determinadas condições de existência e estabelecendo maneiras de "como" a vida deve ser vivida³²

No contexto das políticas neoliberais os direitos sociais são rechaçados, e a violência e o racismo são as fórmulas para agir sobre a população e fazer política. Nessa lógica reforça-se, constantemente, a ideia de responsabilização individual do fracasso dos indivíduos, e transfere-se a responsabilidade de assegurar para si aquilo que deveria ser dever do Estado. Como destaca Foucault³³, pratica-se um assassinio indireto da população, dividindo aqueles que devem viver ou morrer. Mata-se de maneira indireta encarcerando, tirando todo e qualquer auxílio, não garantindo direitos básicos, não elaborando políticas públicas, ignorando a população que está desempregada, sem alimento, sem acesso a saúde e moradia. As reportagens aqui citadas explicitam como a pandemia intensificou ainda mais a exposição à morte para uma parcela bastante específica e demarcada da população brasileira.

Destaca-se que a crise sanitária da COVID-19 escancarou problemas e desigualdades enfrentadas por sujeitos que já eram profundamente afetados e subalternizados na sociedade moderna capitalista, evidenciando que os países ricos

³² FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1976). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

³³ *Ibidem*

que melhor combateram a pandemia não foi só por motivos de organização política e econômica, mas por fatores históricos. A pandemia está demonstrando mais sobre a necessidade de reorganização da sociedade e quais encaminhamentos de políticas o Estado deveria fazer, do que continuar a confiança no sistema econômico e suas políticas de acumulação, ressaltando as falácias transcendentais no mercado para suprir as necessidades sociais.

A interlocução e as interpelações da economia solidária feminista apresentam não só a necessidade de repensar a organização das práticas sociais, econômicas e políticas, como também a imprescindibilidade de uma outra política de existência, privilegiando a análise a partir de um contexto periférico, que tem como alvo de suas políticas de vida e de morte sujeitos específicos. Não parece se tratar apenas de repensar práticas isoladas de uma organização micro ou de relegar ao individualismo as possibilidades de existência. Assim, toma-se as experiências solidárias no panorama das alternativas de existência do mundo em crise constante, juntamente com a indispensabilidade de destruir as bases de exploração de raça, de gênero, da natureza, que sustentam o capitalismo moderno colonial.

4. Considerações Finais

Na América Latina os países dependentes foram fundados no capitalismo. Desde o início o modo de produção é capitalista e mercantil, isso significa que os sujeitos estão inseridos nesse contexto de maneira coercitiva, imposta a estes desde sempre. O capitalismo precisa dos trabalhadores assalariados, do acúmulo privado dos lucros e da divisão racial e sexual do trabalho para se sustentar. Assim, esse momento atual da pandemia que maximizou as desigualdades enfrentadas pelos sujeitos subalternizados, evidencia que é preciso repensar os papéis do mercado e do Estado. O aquecimento global e as doenças, por exemplo, são as consequências dos modos de produção da sociedade capitalista. Dessa forma, requer olhar para as nossas necessidades de maneira a considerar as formas alternativas de produção, não predatórias, que considerem as questões ambientais e problematizem a exclusão das mulheres no campo econômico, tais como a economia solidária e feminista.

A pesquisa com dados secundários permitiu que fossem feitas correlações das estatísticas, com os relatos das pessoas que foram diretamente afetadas, com notícias de jornais e com própria situação latino-americana durante os anos de

pandemia. Ressaltou-se que as relações de dominação não acontecem de forma separada, mas que a produção de alguns sujeitos e alguns corpos - especialmente mulheres negras pobres são marcadas historicamente e continuam a sustentar, através da exploração e de políticas de vida e de morte, as bases capitalistas da sociedade moderna, na periferia do Ocidente. Isso ficou ainda mais evidente, durante o contexto de crise sanitária, social e econômica, que são intrinsecamente relacionadas, pois apresentam as mesmas bases ontoepistêmicas, ou seja, das práticas de existência do sistema econômico e dos sujeitos da sociedade moderna. A economia solidária e feminista corrobora para analisar o papel das mulheres na sociedade de classes, sobretudo, as que se encontram em situação de maior pobreza, subalternidade e vulnerabilidade. As abordagens feministas no campo econômico evidenciam as dificuldades enfrentadas por essas mulheres: sobrecarga de trabalho na esfera formal e doméstica, as responsabilidades de mães solo em sustentar a família sozinhas, condições precárias dos trabalhos informais e não-remunerados, entre outros. Essas condições requerem mudanças estruturais e de novas construções de relações sociais que repensem a divisão racial e sexual do trabalho. Para isso, é indispensável trazer à tona a dimensão de gênero, da raça e da “periferia” do mundo, para responder às questões que perpassam a condição de existência na sociedade, assim como para questionar e alterar as necessidades de um capitalismo global colonial/moderno.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In KRUPPA, Sonia Maria Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005, p. 31-40.
- COELHO, Lina. Economia feminista. **Dicionário internacional da outra economia**, p. 128-133, 2009.
- CURIEL, Ochy Pichardo. Hacia la construcción de um feminismo descolonizado in: Martínez Alonso, G. and Martínez Toledo, Y. (ed.) **Emancipaciones feministas del siglo XXI**, Ruth Casa Editorial: Panama: 189-200.
- FLICK, Uwe. **Desenho Da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre Artmed, 2009.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres.** Brasília: MDA, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1976). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A Economia Solidária e as Teorias Feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Debates feministas**, n. 3, p. 1-34, 2016.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial.** Revista Estudos Feministas [online]. 2014, v. 22, n. 3.

GOTTLIEB, ROBERT & JOSHI, A. **Food Justice.** 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade.** Sociedade e Estado [online]. 2016, v. 31, n. 1.

MBEMBE, Achille. **NECROPOLÍTICA:** Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1 edições, 2018.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez, MOÑOZ, Karina Ochoa. **Tejiendo de outro modo: Feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales em Abya Yala.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

PRATES, Ian; LIMA, Márcia; COSTA, Gisele; BERTOLOZZI, Thayla. **Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia.** Informativo Desigualdades raciais e Covid-19 | fevereiro. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, Eurocentrismo y América Latina.** En: Colonialidad del Saber y Eurocentrismo, Edgardo Lander, ed. UNESCO-CLACSO 2000. Buenos Aires, Argentina.

QUIJANO, Aníbal. Buen Vivir? entre el 'desarrollo' y la Des/colonialidad del poder. En: **Ecuador Debate**, nº 84, diciembre del 2011. En Informe 2009-2010 Oxfam. Pobreza, desigualdad y desarrollo en el Perú, Julio. 2010.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In KRUPPA, Sonia Maria Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: INEP, 2005, p. 13-20.